

A surpreendente queda dos preços do petróleo

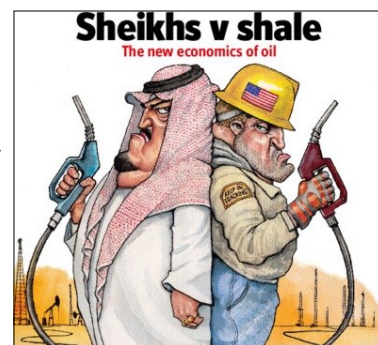
A descida do preço do petróleo surpreendeu a maioria dos analistas: ainda em Julho a EIA (Energy Information Administration, EUA) previa o Brent a \$110/bbl para Outubro, mês em que o preço médio ficou efectivamente pouco acima dos \$87; e a descida manteve-se, com o preço no princípio de Dezembro para entrega em Janeiro abaixo dos 70 dólares.

Embora o crescimento da produção do *shale oil & gas* nos EUA se verifique há alguns anos, os preços do Brent foram-se mantendo acima dos 100 dólares, pois aquele crescimento apenas ia compensando o petróleo que não chegava ao mercado devido às sanções ao Irão, ou às perturbações na Líbia, no Iraque e na Nigéria. Mas, mais recentemente, estas áreas, apesar de se manterem instáveis, aumentaram significativamente a produção, ao mesmo tempo que ocorre uma certa estagnação da economia e redução da procura, particularmente na Europa, originando um excedente de produção e a conseqüente descida dos preços.

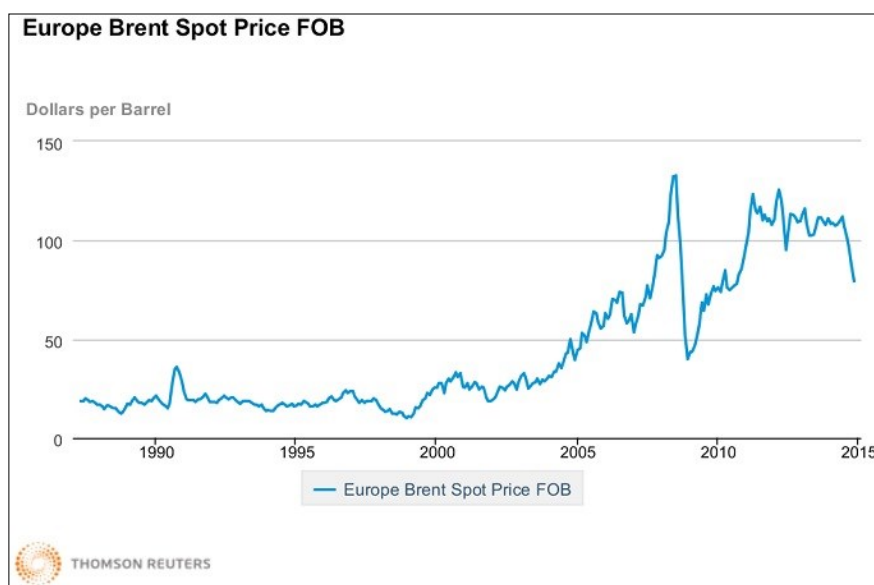
Esperava-se que, da reunião da OPEC de 27 de Novembro, resultasse uma decisão de redução de produção, não se alcançando, contudo, acordo entre os produtores quanto à estratégia a seguir. A Arábia Saudita, em particular, opôs-se à redução das quotas, na expectativa de que os preços deprimidos coloquem fora do mercado muitos produtores dos Estados Unidos, com a conseqüente subida de preços por redução da oferta.

Mas isto não representará o fim do petróleo não convencional, que tem investimentos unitários relativamente reduzidos e é capaz de responder rapidamente às condições de mercado: do mesmo modo que os actuais preços baixos irão impedir muitos produtores nos EUA de prosseguirem os investimentos em novos poços, ou levá-los a falir, uma subida de preço que se venha a verificar irá trazer rapidamente nova produção ao mercado. Uma edição recente de *"The Economist"* notava que a flexibilidade do *fracking*, que permite reagir às variações de preço, fá-lo comportar-se como um estabilizador do mercado. Além disso, a tecnologia do *fracking* também vai progredindo, reduzindo os custos de extracção.

Na previsão de curto prazo da *Energy Information Administration* dos Estados Unidos estima-se um preço de médio \$68/bbl para o ano de 2015.



The Economist, December 6-12th



Fonte: Energy Information Administration (EUA)

Principais eixos da política europeia para a energia e clima até 2030

Estando 2020 já no horizonte, importava estabelecer um enquadramento para a política energia-clima da União Europeia que oferecesse um mínimo de certezas aos investidores e permitisse definir atempadamente as estratégias nacionais. O Conselho Europeu de 23 de Outubro acordou em [objectivos](#) que visam conseguir um sistema energético mais competitivo, seguro e sustentável, que ajude a reduzir a dependência externa e crie oportunidades de crescimento económico e emprego na Europa.

É elemento central desta política alcançar em 2030 uma redução de 40% da emissão de gases com efeito de estufa relativamente a 1990, compatível com o objectivo de 80% de redução em 2050. Aquela meta pressupõe uma redução de 43% para os sectores abrangidos pelo comércio de emissões e de 30% para os não-ETS, ambos relativamente a 2005. Aquele objectivo, obrigatório, deverá ter tradução em objectivos nacionais, segundo critérios estabelecidos.

Para a energia renovável foi fixado um objectivo, obrigatório a nível da União Europeia de, pelo menos, 27% do consumo final em 2030.

No que respeita à eficiência, o objectivo será 27% relativamente a 2007, comprometendo-se o Conselho a analisar em 2020 o eventual aumento deste objectivo para 30%.

O sistema do comércio de emissões será reformulado, constituindo o principal instrumento para alcançar a redução de 40% de GEE, estabelecendo-se um tecto global que decrescerá 2,2% ao ano a partir de 2021, em vez do decréscimo de 1,7% em vigor até 2020.

Acresce ainda atingir 15% da capacidade nas interligações até 2030 e cumprir os 10%, já acordados há anos, até 2020.

Miguel Arias Cañete é o novo Comissário para a Acção Climática e Energia

A [estrutura](#) da nova Comissão Europeia contempla vice-presidências para a coordenação das matérias relevantes transversais a distintas áreas, sendo **Maros Sefcovic** o Vice-Presidente com a coordenação das matérias relativas à União Energética (ver [organigrama](#)).

Miguel Arias tem como missão melhorar a segurança energética pela diversificação das origens das importações e unificação do poder negocial da Europa com terceiros países; seleccionar os projectos de infraestruturas que ajudam à união energética da Europa; propor legislação e regulamentação para implementar o quadro energia-clima para 2030 e orientar as negociações com o parlamento europeu e os governos nacionais; reforçar a política da UE para a energia renovável de modo a tornar a Europa líder mundial do sector; consolidar e promover o Sistema do Comércio de Emissões, bandeira da política europeia para o clima.

Tem a seu cargo: DG Energia (ENER); DG Acção Climática (CLIMA); Agência Euratom para o Abastecimento (ESA); as tarefas relevantes da Agência Executiva para as Pequenas e Médias Empresas (EASME) e da Agência Executiva para a Inovação e Redes (INEA, bem como as relações com a Agência para a Cooperação dos Reguladores da Energia (ACER).

Quanto ao vice-presidente **Maros Sefcovic**, dirigirá uma equipa de projecto para a criação efectiva da União Energética, promovendo as infraestruturas e interconexões, a concorrência, as renováveis, a eficiência (sobretudo nos edifícios) e a diversificação de origens, e coordenará os esforços para alcançar os objectivos energia-clima.



Maros Sefcovic



Miguel Arias Cañete



Dominique Ristori

Dominique Ristori continua como Director Geral da DG Energia. Na sua Newsletter de Novembro faz o ponto de situação para este novo ciclo:

«November was the first month of Jean-Claude Juncker's mandate as President of the European Commission. This has entailed a number of changes, both political and organizational. Most importantly, President Juncker has made the establishment of a European Energy Union a priority for the coming five years. This will help to face the challenges of Europe's energy landscape, such as the Ukraine-Russia conflict and energy security, sustainability and the effects of high energy prices on Europe's competitiveness.»

In the coming weeks we will have to define a strategy for the Energy Union. This strategy will take into account key priorities such as solidarity among Member States, in particular on security of supply, internal energy market, moderating energy demand, decarbonisation of the energy mix and technologies. »

Estudo APE “Liberalização do mercado da electricidade - ponto de situação”

“O preço dos ‘domésticos’ não teria aumentado caso não tivessem ocorrido factores exógenos ao processo de liberalização”: esta é uma das principais conclusões do estudo sobre o mercado da electricidade realizado pela Deloitte para a APE.

Merece também destaque a constatação de que os preços no mercado livre têm evoluído favoravelmente, ficando em 2013 inferiores em 6,9€/MWh ao mercado regulado – o que se traduziu numa poupança de cerca de 40 milhões de euros pelos consumidores domésticos.

A apresentação do estudo aos associados e à comunicação social teve lugar no dia 20 de Novembro, no CCB.

As principais [conclusões](#) podem ser acedidas no site da APE, encontrando-se a versão integral na área reservada aos associados.



Compromisso para o Crescimento Verde: Tema Energia

Realizou-se, no passado dia 2 de Dezembro, na Casa de Serralves, no Porto, a [Sessão de Discussão pública do Compromisso para o Crescimento Verde para o Tema Energia](#), organizada pela Associação Portuguesa de Energia.



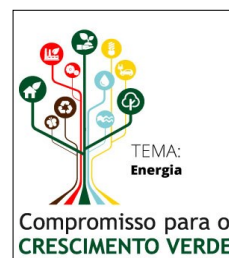
Com a presença do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, que fez o enquadramento do tema no início dos trabalhos, a sessão contou com mais de 80 presenças de representantes de uma grande diversidade de empresas e instituições.

A apresentação foi dividida em quatro blocos, cada qual apresentado por oradores, com reconhecida experiência na respectiva área.: [Eficiência Energética](#) (Gabriela Prata Dias), [Energias Renováveis](#) (Cláudio Monteiro), [Interligações & Exportações](#) (João Conceição) e [Investigação, Desenvolvimento & Inovação](#) (João Peças Lopes).

O período de discussão foi animado por questões colocadas pelo público, contando com a presença do Secretário de Estado da Energia, que se juntou ao painel para respostas às questões levantadas.

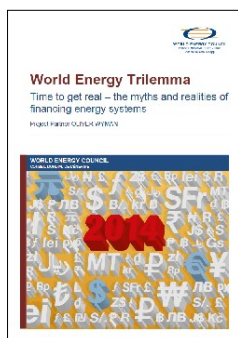
As conclusões da sessão foram apresentadas pelo Relator para o Crescimento Verde, tendo o encerramento ficado a cargo do Secretário de Estado da Energia.

O evento foi transmitido através de *livestreaming*, podendo a gravação do mesmo ser vista [aqui](#).



Portugal ocupa o 25º lugar do ranking de sustentabilidade energética do World Energy Council

Portugal ocupa o 25º lugar, a nível global, entre os 129 países classificados pelo World Energy Council na edição de 2014 do seu estudo [Índice do Trilema da Energia](#).

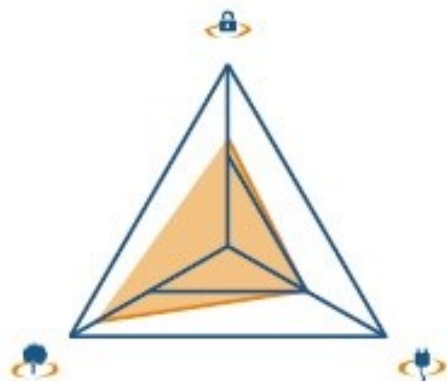


Verificou-se uma ligeira descida neste ranking, relativamente ao ano passado, dada a maior dificuldade de acesso aos serviços energéticos, devido à situação económica, não obstante a melhoria em termos de segurança e a continuação de um bom desempenho ambiental na produção e uso da energia.

O Índice do World Energy Council avalia anualmente as políticas energética e climática nacionais, relativamente ao desafio do Trilema da Energia – conseguir um desempenho eficaz e equilibrado da segurança, equidade social (custo e acesso) e sustentabilidade ambiental para o sector energético.

Na página seguinte apresenta-se a página do Índice relativa a Portugal.

TRILEMMA BALANCE



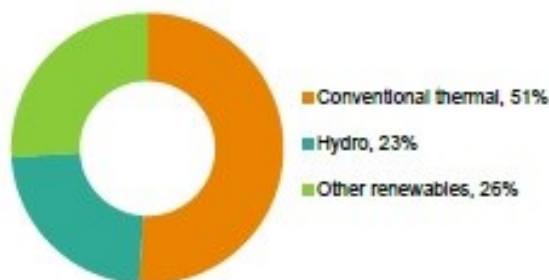
INDEX RANKINGS AND BALANCE SCORE

	2012	2013	2014	Trend	Score
Energy performance	32	27	35	→	
Energy security	58	55	53	↑	B
Energy equity	48	53	65	↓	B
Environmental sustainability	26	20	22	↑	A
Contextual performance	33	28	24	↑	
Political strength	34	35	34	→	
Societal strength	28	28	28	→	
Economic strength	38	36	30	↑	
Overall rank and balance score	25	23	25	→	ABB

INDEX COMMENTARY

Overall, Portugal maintains a stable position in the Index throughout the years. Portugal's energy trilemma balance consists of two fair performances on the energy security and equity dimensions, and a very good performance in mitigating its impact on the environment. Regarding its energy security, Portugal has one of the most well-rounded electricity generation portfolios in the world (a balance between fossil fuels, hydropower, and other renewables). The 2014 improvement is driven by an increase in strategic oil stocks. Energy equity sees a decline as both gasoline and electricity become more expensive. Portugal's performance on the environmental sustainability dimension slightly worsens, due to higher CO₂ emissions from electricity generation. Contextually, Portugal once again exhibits solid, well-rounded scores, although still struggling to improve its macroeconomic stability.

DIVERSITY OF ELECTRICITY GENERATION



FOSSIL FUEL RESERVES (IN MTOE)



KEY METRICS

Industrial sector (% of GDP)	22.2	GDP per capita (PPP, USD); GDP Group	23,050 (II)
TPEP / TPEC (net energy importer)	0.25	Energy intensity (koe per USD)	0.10
Emission intensity (kCO ₂ per USD)	0.21	CO ₂ emissions (tCO ₂) per capita	4.40
Energy affordability (USD per kWh, 2012)	0.26	Population with access to electricity (%)	100.0

TRENDS AND OUTLOOK

- The Portuguese energy model is based on economic rationality and sustainability, including the promotion of energy efficiency, use of renewable energy from indigenous sources and the reduction of energy costs.
- Portugal promoted, at the EU level, the reinforcement of electricity interconnection capacity, particularly between the Iberian Peninsula and Central Europe, as a means to increase the value of the Portuguese renewable generation potential and to contribute to EU security of supply and CO₂ reduction targets. As a result, the most recent proposal from the Commission on the strategy to 2030 included an interconnection capacity of 15% as a fourth target.
- Reduction of energy costs to the consumer is being sought, namely by improving competition and market transparency and revising certain payments to the electricity generation sector. Energy equity in the access to energy services is being reinforced, by broadening eligibility criteria.
- Security of domestic natural gas supply will improve through the construction of a third gas interconnection with Spain, which will also allow further development of the gas storage site at Carrízo. Complemented by the gas interconnection between Spain and France (project MidCat), this will bring the Iberian market closer to central Europe and foster gas market competition as well as market integration. In the oil sector, a new entity (Entidade Nacional para o Mercados de Combustíveis) has been created, and is responsible for monitoring fuels market transparency, biofuels and for the management of strategic oil stocks.